

v. 9

COLEÇÃO SINOPSES PARA  
**CARREIRAS FISCAIS**

Coordenadores: Alan Martins e Henrique Correia

Rinaldo César dos Reis

# CONTABILIDADE BÁSICA

**INCLUI**

- Questões de concursos •
- Quadros, esquemas e tabelas •

# CAPÍTULO I

## NOÇÕES DE CONTABILIDADE

---

**SUMÁRIO:** 1. Noções de contabilidade; 1.1. Conceitos, objetivos, campo de aplicação, usuários e finalidades da contabilidade; 1.2. Princípios de contabilidade; 1.2.1. Princípio da entidade; 1.2.2. Princípio da continuidade; 1.2.3. Princípio da oportunidade; 1.2.4. Princípio do registro pelo valor original; 1.2.5. Princípio da competência; 1.2.6. Princípio da prudência; 1.3. Patrimônio: componentes, equação fundamental do patrimônio, situação líquida, representação gráfica; 1.3.1. Componentes patrimoniais; 1.3.2. Equação fundamental do patrimônio; 1.3.3. Situação líquida; 1.3.4. Representação gráfica; 1.4. Atos e fatos administrativos: conceitos, fatos permutativos, modificativos e mistos; 1.5. Contas: conceitos, contas de débitos, contas de créditos e saldos; 1.5.1. Conceito de contas contábeis; 1.5.2. Contas de débito, contas de crédito e saldos; 1.5.3. Teoria das contas; 1.5.4. Classificação das contas contábeis: contas patrimoniais e contas de resultado; 1.6. Plano de contas: conceitos, elenco de contas, função e funcionamento das contas; 1.6.1. Conceitos; 1.6.2. Função e funcionamento das contas; 1.6.3. Classificação das contas contábeis; 1.6.4. Elenco de contas; 1.7. Escrituração: conceitos, lançamentos contábeis, elementos essenciais, fórmulas de lançamentos, erros de escrituração, livros de escrituração, métodos e processos; 1.7.1. Conceito de escrituração e lançamentos contábeis; 1.7.2. Elementos essenciais dos lançamentos contábeis; 1.7.3. Livros de escrituração; 1.7.4. Métodos e processos de escrituração; 1.7.5. Fórmulas de lançamento; 1.7.6. Erros de escrituração; 1.8. Balancete de verificação: conceitos, modelos e técnicas de elaboração; 1.8.1. Conceitos; 1.8.2. Modelos de balancete; 1.9. Aspectos legais relacionados à contabilidade; 1.10. SPED – sistema público de escrituração digital; 1.11. Legislação relacionada.

### 1. NOÇÕES DE CONTABILIDADE

A origem da contabilidade remonta à idade antiga, estando diretamente relacionada com o surgimento do comércio entre os povos. Surgiu com a finalidade de atender a necessidade que as pessoas tinham de registrar e controlar suas operações. Contudo, foi na idade média que teve seu maior desenvolvimento, devido ao surgimento do capitalismo e o incremento do comércio exterior, desenvolvido através das navegações. Em 1494, foi publicado um documento chamado “contabilidade por partidas dobradas”. Esse documento marca o surgimento da contabilidade no formato como é conhecida até hoje. O autor desse trabalho, Frei Luca Pacioli, é considerado o pai da contabilidade.

### 1.1. Conceitos, objetivos, campo de aplicação, usuários e finalidades da contabilidade.

No Brasil, o conceito oficial de contabilidade surgiu em 1924, durante o primeiro congresso brasileiro de contabilidade. A contabilidade foi definida como “a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro relativos à administração econômica”.

Em 1976, foi editada a Lei 6404/76 que estabelece regras para as empresas sociedades anônimas de capital aberto, contudo, em geral, os conceitos e definições contábeis previstos nessa lei são aplicados por todas as empresas.

Em 1993, o Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução CFC 750/93, definiu os princípios de contabilidade com o objetivo de prover fundamentação apropriada para a interpretação das normas brasileiras de contabilidade. A Resolução CFC 750/1993 estabelece os conceitos de objeto, objetivos, usuários e informações geradas pela contabilidade. Em 1994, foi editada a Resolução CFC nº 774/94 com o objetivo de consolidar a contabilidade como ciência, através da elaboração de um apêndice à Resolução CFC 750/93.

Em 2007, foi editada a lei 11638/2007 com o objetivo de adequar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. A partir de então, diversas resoluções do CFC tem sido emitidas.

- **Objeto:** O objeto delimita o campo de atuação de uma ciência. O objeto da contabilidade é o patrimônio das entidades. O patrimônio é definido como o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade. Os bens e direitos constituem o ativo da entidade e as obrigações são o passivo.

Outras ciências, tais como administração, direito e economia, também tem o patrimônio como objeto de estudo. Contudo, tais ciências estudam o patrimônio sob ângulos diferentes. A contabilidade se ocupa dos aspectos qualitativos e quantitativos do patrimônio da entidade, procurando entender as variações ocorridas no patrimônio. Por aspecto qualitativo, entende-se a natureza dos elementos que compõem o patrimônio, tais como dinheiro, créditos a receber, obrigações a pagar, bens, mercadorias, etc. O aspecto quantitativo refere-se à expressão dos diversos componentes patrimoniais em valores.

- **Objetivo da contabilidade:** Do ponto de vista científico, o objetivo da contabilidade é a correta apresentação do patrimônio da

entidade, e a apreensão e análise de suas variações. Contudo, sob o ponto de vista prático, a contabilidade tem como objetivo prover seus usuários com informações de natureza econômica, financeira e física do Patrimônio da Entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios. Em outras palavras, pode-se dizer que a contabilidade tem por finalidade gerar informações que auxiliarão seus usuários em seus processos de tomada de decisão.

- **Usuários da contabilidade:** São classificados como usuários da contabilidade, todos que tenham algum interesse em relação ao patrimônio da entidade. Os usuários da contabilidade podem ser classificados em usuários internos ou usuários externos.

Incluem-se entre os usuários internos, os administradores da entidade, cuja necessidade de informação está relacionada a aspectos mais específicos e detalhados, principalmente em relação a informações operacionais da entidade, tais como o ciclo operacional e outras informações que auxiliem na gestão do negócio da empresa. Por sua vez, os usuários externos se preocupam com aspectos mais sintéticos e genéricos, e que devem ser apresentados nas demonstrações contábeis. Classificam-se como usuários externos: investidores, fornecedores, credores por empréstimos e o governo. As informações geradas aos usuários externos fornecem subsídios para avaliação de riscos de crédito, capacidade de pagamento, rentabilidade de investimentos, entre outras.



**Como esse assunto foi tratado em concurso:**

- ♦ **(ESAF – Fiscal de Rendas – SMF-RJ/2010)** Assinale abaixo a única opção que contém uma afirmativa falsa.
  - A finalidade da Contabilidade é assegurar o controle do patrimônio administrado e fornecer informações sobre a composição e as variações patrimoniais, bem como sobre o resultado das atividades econômicas desenvolvidas pela entidade para alcançar seus fins.
  - A Contabilidade pode ser conceituada como sendo "a ciência que estuda, registra, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades com fins lucrativos ou não".
  - Pode-se dizer que o campo de aplicação da Contabilidade é a entidade econômico- administrativa, seja ou não de fins lucrativos.

- d) O objeto da Contabilidade é definido como o conjunto de bens, direitos e obrigações vinculado a uma entidade econômico-administrativa.
- e) Enquanto a entidade econômico-administrativa é o objeto da Contabilidade, o patrimônio é o seu campo de aplicação.

✎ **NOTA DO AUTOR:** Contabilidade é a ciência que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade (alternativa “b”). Ela alcança sua finalidade através do registro e análise de todos os fatos relacionados com a formação, a movimentação e as variações do patrimônio administrativo, vinculado à entidade, com o fim de assegurar seu controle e fornecer a seus administradores as informações necessárias à ação administrativa, bem como a seus titulares (proprietários do patrimônio) e demais pessoas com ele relacionadas, as informações sobre o estado patrimonial e o resultado das atividades desenvolvidas pela entidade para alcançar os seus fins (alternativa “a”). Como a Contabilidade controla e registra os fatos que afetam o patrimônio, ela pode ser aplicada à pessoa física ou jurídica, com finalidades lucrativas ou não, ou ainda a empresas de direito público ou privado (alternativa “c”).

**Alternativa correta: letra “e”:** Conforme definido, a contabilidade tem como objeto de estudo o patrimônio das entidades, seus fenômenos e variações.

**Alternativas “a”, “b” e “c”:** **Incorretas.** Apresentam afirmações verdadeiras conforme definições apresentadas.

**Alternativa “d”:** **Incorreta.** A afirmativa é verdadeira. O patrimônio de uma entidade, objeto de estudo da contabilidade, é composto por seus bens, direitos e obrigações.

- **Informações geradas pela contabilidade:** Como visto, o objetivo da contabilidade é prover informações que auxiliem seus usuários no processo de tomada de decisão. Nesse sentido, a contabilidade deve permitir aos seus usuários:
  - Observar e avaliar o comportamento do patrimônio da entidade;
  - Comparar seus resultados com os de outros períodos ou Entidades;
  - Avaliar seus resultados à luz dos objetivos estabelecidos;
  - Projetar seu futuro nos marcos políticos, sociais e econômicos em que se insere.

As informações são prestadas através da elaboração de demonstrações, chamadas demonstrações contábeis. De acordo com a Lei 6404/76, as entidades devem elaborar as seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço patrimonial
- Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados
- Demonstração do resultado do exercício
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Demonstração do valor adicionado

Relatórios contábil-financeiros de propósito geral fornecem informação acerca da posição patrimonial e financeira da entidade que reporta a informação, a qual representa informação sobre os recursos econômicos da entidade e reivindicações contra a entidade que reporta a informação. Relatórios contábil-financeiros também fornecem informação sobre os efeitos de transações e outros eventos que alteram os recursos econômicos da entidade que reporta a informação e reivindicações contra ela. Ambos os tipos de informação fornecem dados de entrada úteis para decisões ligadas ao fornecimento de recursos para a entidade.

O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

Entretanto, relatórios contábil-financeiros de propósito geral não atendem e não podem atender a todas as informações de que investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, necessitam. Esses usuários precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como, por exemplo, condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade.

Relatórios contábil-financeiros de propósito geral não são elaborados para se chegar ao valor da entidade que reporta a informação; a rigor, fornecem informação para auxiliar investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, a estimarem o valor da entidade que reporta a informação.

Na elaboração das demonstrações contábeis, as entidades devem observar certos atributos, que garantem maior qualidade da informação contábil. Para que a informação contábil seja útil, ela precisa reunir algumas características qualitativas fundamentais. As características qualitativas fundamentais são relevância e representação fidedigna. Portanto para ser útil a informação contábil precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar.

- **Relevância:** As informações são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores.
- **Materialidade:** a materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade baseado na natureza e / ou na magnitude, dos itens para os quais a informação está relacionada no contexto do relatório contábil-financeiro. Uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários. A materialidade depende do tamanho do item ou do erro, julgado nas circunstâncias específicas de sua omissão ou distorção. Assim, materialidade proporciona um patamar ou ponto de corte ao invés de ser uma característica qualitativa primária que a informação necessita ter para ser útil.
- **Representação fidedigna:** A informação, para ser fidedigna, deve estar livre de erros e representar adequadamente aquilo que se propõe a representar. Uma informação pode ser relevante, mas a tal ponto não confiável em sua natureza ou divulgação que o seu reconhecimento pode potencialmente distorcer as demonstrações contábeis. Por exemplo, se a validade legal e o valor de uma reclamação por danos em uma ação judicial movida contra a entidade são questionados, pode ser inadequado reconhecer o valor total da reclamação no balanço patrimonial, embora possa ser apropriado divulgar o valor e as circunstâncias da reclamação. Para que uma informação seja fidedigna, a realidade deve ter três atributos: ser completa, neutra e livre de erros. Nesse sentido, as seguintes características são necessárias para garantir a fidedignidade da informação: integridade, neutralidade e prudência.
- **Integridade:** Para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites de materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa

ou distorcida e, portanto, não confiável e deficiente em termos de sua relevância.

- **Neutralidade:** As informações contidas nas demonstrações contábeis devem ser neutras, imparciais. Não são neutras se, pela escolha ou apresentação da informação, induzirem a tomada de decisão ou um julgamento, visando atingir um resultado ou desfecho predeterminado.
- **Prudência:** Consiste no emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados. Porém, o exercício da prudência não permite a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação deliberada de ativos ou receitas, a superavaliação deliberada de passivos ou despesas, pois assim deixaria de ser neutra e, portanto, não confiável.

Além desses atributos, também se considera como atributo intrínseco da característica de fidedignidade, a primazia da essência sobre a forma.

- **Primazia da Essência sobre a Forma:** É necessário que as transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal. Por exemplo, uma entidade pode vender um ativo a um terceiro de tal maneira que a documentação indique a transferência legal da propriedade a esse terceiro; entretanto, poderão existir acordos que assegurem que a entidade continuará a usufruir os futuros benefícios econômicos gerados pelo ativo e o recomprará depois de certo tempo por um montante que se aproxima do valor original de venda acrescido de juros de mercado durante esse período. Em tais circunstâncias, reportar a venda não representaria adequadamente a transação formalizada.



#### **Como esse assunto foi tratado em concurso:**

- ✦ **(CESPE - Analista Judiciário - Contabilidade / TRT da 17ª Região / 2013)** – Foi considerada **CORRETA** a seguinte alternativa: “Deriva do princípio da primazia da essência sobre a forma a obrigatoriedade de registro contábil, em conta de ativo imobilizado de uma entidade, dos bens patrimoniais, cujos riscos, benefícios e controle foram transferidos a ela, mesmo sem a transferência de sua titularidade jurídica”.

- ✦ **Comentário:** De acordo com a primazia da essência sobre a forma, as transações e eventos devem ser contabilizados e apre-



sentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal.

O enunciado da questão se refere a uma operação de Leasing Financeiro ou arrendamento mercantil financeiro. Arrendamento mercantil é um acordo pelo qual uma entidade (arrendador) transmite a outra entidade (arrendatário) em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado. O arrendador é o proprietário do bem, sendo que a posse e o usufruto, durante a vigência do contrato, são do arrendatário. O arrendamento mercantil é chamado de arrendamento financeiro quando o arrendador transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem ao arrendatário. Nesses casos, em conformidade com a primazia da essência sobre a forma, embora a forma legal seja de um contrato de arrendamento mercantil, a essência e a realidade financeira são de que o arrendatário adquire os benefícios econômicos do uso do ativo arrendado. Portanto, no início do contrato, a arrendatária deve reconhecer o bem como item do ativo imobilizado e em contrapartida, o valor da obrigação como passivo.

Algumas situações podem representar limitações na observação das características qualitativas fundamentais. Tais limitações podem ser decorrentes de aspectos relacionados a tempestividade na divulgação da informação ou na relação custo x benefício da informação.

- **Tempestividade:** Quando há demora indevida na divulgação de uma informação, é possível que ela perca a relevância. Para atingir o adequado equilíbrio entre a relevância e a confiabilidade, o princípio básico consiste em identificar qual a melhor forma para satisfazer as necessidades do processo de decisão econômica dos usuários.
- **Equilíbrio entre Custo e Benefício:** Os benefícios decorrentes da informação devem exceder o custo de produzi-la.

Além das características fundamentais que garantem a utilidade da informação contábil, algumas características podem melhorar a utilidade da informação contábil. Essas características são chamadas de características qualitativas de melhoria. As características que melhoram a utilidade da informação contábil são a comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

⊙ ***Características qualitativas de melhoria:***

- **Comparabilidade:** Uma importante implicação da comparabilidade é que os usuários devem ser informados das práticas contábeis observadas na elaboração das demonstrações contábeis, de quaisquer mudanças nessas práticas e também o efeito de tais mudanças. Eles precisam ter informações suficientes para identificar diferenças entre as práticas contábeis aplicadas a transações e eventos semelhantes, usadas pelas entidades de um período a outro. Para comparar a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mutações na posição financeira ao longo do tempo, é importante que as demonstrações contábeis apresentem as correspondentes informações de períodos anteriores.
- **Verificabilidade:** A Verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação contábil representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar. Verificabilidade significa que diferentes observadores podem chegar a um consenso, embora não chegue necessariamente a um completo acordo quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna.
- **Tempestividade:** Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. Em geral, a informação mais antiga é a que tem menos utilidade. Contudo, certa informação pode ter o seu atributo tempestividade prolongado após o encerramento do período contábil, em decorrência de alguns usuários, por exemplo, necessitam identificar e avaliar tendências.
- **Compreensibilidade:** as demonstrações contábeis devem ser prontamente entendidas pelos usuários. Informações sobre assuntos complexos que devem ser incluídos nas demonstrações contábeis por causa da sua relevância para as necessidades de tomada de decisão pelos usuários não devem ser excluídas em nenhuma hipótese.



**Como esse assunto foi tratado em concurso:**

- ✦ **(ESAF – Auditor-Fiscal– RFB/2012)** Entre as características qualitativas de melhoria, a comparabilidade está entre as que os analistas de demonstrações contábeis mais buscam. Dessa forma, pode-se definir pela estrutura conceitual contábil que comparabilidade é a característica que
  - a) permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles nas Demonstrações Contábeis.

- b) utiliza os mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.
- c) considera a uniformidade na aplicação dos procedimentos e normas contábeis, onde, para se obter a comparabilidade, as entidades precisam adotar os mesmos métodos de apuração e cálculo.
- d) garante que usuários diferentes concluam de forma completa e igual, quanto à condição econômica e financeira da empresa, sendo levados a um completo acordo.
- e) estabelece procedimentos para a padronização dos métodos e processos aplicados em demonstrações contábeis de mesmo segmento.

➤ **Comentário:**

➤ **NOTA DO AUTOR:** Nessa questão são abordadas as características qualitativas da informação contábil-financeira útil. Tais características foram definidas pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis – CPC “Pronunciamento Conceitual Básico”. Segundo esse pronunciamento, as demonstrações contábeis elaboradas dentro do que prescreve esta Estrutura Conceitual devem fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral.

**Alternativa correta: letra “a”:** “COMPARABILIDADE é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. A comparação requer no mínimo dois itens”.

**Alternativa “b”: Incorreta.** Essa alternativa apresenta a definição de CONSISTÊNCIA. Segundo o pronunciamento mencionado, consistência não significa o mesmo que comparabilidade. Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. A consistência representa a uniformidade de processos e métodos.

**Alternativa “c”: Incorreta.** A comparabilidade é uma característica que permite a melhor visão da evolução da entidade medida sob os mesmos critérios e princípios ao longo do tempo, mas sem que isso leve à não-evolução das práticas contábeis. Assim sendo, as entidades podem e devem alterar seus métodos